

O G20 e a Pandemia entre a economia e a saúde

Luiz Eduardo Fonseca

O Grupo dos Vinte (G20) foi criado em 1999 para responder às crises financeiras do final do século XX (México em 1994, Ásia em 1997 e Rússia em 1998). Não constitui uma organização internacional, e sim um fórum formado, inicialmente, por ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo, com presidência rotativa a cada ano, sem secretariado permanente nem recursos próprios. O G20 pode ser lido como um arranjo moldado num sistema-mundo (Wallerstein, 1986) capitalista neoliberal no qual a economia está sempre na frente e, portanto, no centro da sua agenda, organizada e estruturada pelo país na sua presidência *pro tempore*.

Essa característica ficou marcada na crise financeira global de 2008, quando o fórum assumiu seu papel de ator importante na esfera multilateral e realizou sua primeira Cúpula de Chefes de Estado do G20, em Washington, para buscar uma solução multilateral para a crise junto com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse encontro, realizado em novembro de 2008, durante o governo Bush, sob pressão da França e da Inglaterra, foi denominado Cúpula sobre os Mercados Financeiros e a Economia Global.

A declaração da Cúpula de Washington do G20 cita como uma das bases da crise financeira as políticas macroeconômicas inconsistentes e insuficientemente coordenadas, e aponta a necessidade de reformas estruturais, refletindo a pressão de outros atores para o reconhecimento da importância das políticas sociais em fóruns de governança global (G20, 2008). Foi em 2010, na Cúpula de Seul do G20, que se fez a primeira menção à combinação entre políticas sociais e socioeconômicas. Desde então o G20 tem aprimorado constantemente sua governança em políticas sociais, procurando tornar mais efetivas suas recomendações, com repercussões nas políticas nacionais e

na prática de seus membros. Entretanto, a extensão do foco das políticas sociais nas atenções do G20 depende muito do desempenho do país que está na presidência *pro tempore* do grupo.

Em 2014, durante a epidemia de ebola na África, que matou mais de 4.000 pessoas, o posicionamento do G20, na sua Cúpula de Brisbane (Japan, 2014), foi muito pobre. No penúltimo parágrafo da declaração, os países do G20 se mostraram “preocupados” e apoiaram uma resposta internacional urgente e coordenada, se comprometendo a fazer “tudo que fosse possível” para conter a crise e a ela responder, instando instituições financeiras internacionais a ajudar os países afetados.

Totalmente diferente foi o posicionamento do G20 diante pandemia Covid-19, que afetou todos os países do mundo se colocando como a maior ameaça na memória viva à saúde, ao bem-estar e à economia global. Em 26 de março, os líderes do G20 realizaram uma cúpula extraordinária virtual com foco no Covid-19 e, diante do severo impacto econômico dessa pandemia, assumiram a defesa da saúde de forma surpreendente, inclusive ampliando o acesso ao crédito e flexibilizando regras financeiras consideradas sacrossantas.

Neste ensaio procuro analisar o papel, as interlocuções e a abrangência das ações do G20 como fórum de países que busca soluções, mediante o fortalecimento das organizações multilaterais, para enfrentar crises financeiras e de outros setores, como o caso da saúde com a Covid-19. Procuro analisar também as expectativas quanto ao arranjo do G20 como modelo de estrutura para uma instância multilateral e sua efetividade em relação às suas deliberações, tomadas de decisão, entregas e gestão política interna, ajustadas às políticas nacionais e à prática de seus membros (Kirton, Kulik & Bracht, 2015).

O G20 NO SISTEMA MULTILATERAL DE COMBATE À COVID-19

A criação das Nações Unidas (ONU), há 75 anos, reforçou o multilateralismo como pilar importante na manutenção da paz mundial e da cooperação para a prosperidade global. Nesse período, segundo arranjos geopolíticos, outros grupamentos multilaterais se formaram, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, 1949), a Comunidade Europeia (1950), o Movimento dos Não Alinhados (1955) e a União Africana (1963), assim como outras instâncias segundo arranjos econômicos, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1961), o G77 (1964), o G7 (1975) e o G20 (1999). Todos esses grupos formam, portanto, um sistema multilateral (mais tarde acrescido de grupamentos regionais e sub-regionais) consolidado com total respeito às Nações Unidas e suas agências e em consonância com estas.

Contudo, recentemente alguns países têm questionado a globalização econômica como limitante da soberania nacional e influenciadora nas suas decisões, além das formas atuais de governança global multilateral, que estariam tomando decisões antidemocráticas. O modelo de globalização imposto pelo Ocidente, após a II Guerra Mundial, colocando a “democracia” a trabalhar para a economia global, em vez do contrário, teria sido uma das argumentações para o crescimento de um certo populismo de direita (Rodrik, 2016). Nos anos recentes, alguns países têm assumindo posições protecionistas e nacionalistas, com pouco compromisso multilateral, baseadas em uma narrativa neoliberal com abordagens peculiares de políticas públicas de proteção social.

Diferentemente da crise financeira de 2008, quando o foco era salvar bancos, a crise provocada pela pandemia da Covid-19 propiciou inúmeras declarações políticas e programas econômicos buscando proteger também as pessoas, principalmente os mais vulneráveis, e revelou discordâncias quanto à coordenação global da crise. Recomendações sanitárias e programas socioeconômicos preconizados por organizações e instâncias multilaterais acabaram sendo implementados nacionalmente, de acordo com os governos locais e seus posicionamentos políticos.

Esta pandemia não tem sido apenas uma emergência sanitária com efeitos socioeconômicos globais. Tem sido um momento decisivo para o atual sistema global de cooperação política e socioeconômica. A competição estratégica entre Estados Unidos da América (EUA), China e Rússia, escancarada pela Covid-19, ameaçando a malha das organizações multilaterais e, inclusive, o papel coordenador da Organização Mundial da Saúde (OMS), trouxe à tona problemas há muito escamoteados no concerto de nações, como a desigualdade em todas suas manifestações (econômica e social, racial, religiosa, de gênero, entre outras), além de questões ambientais, de infraestrutura urbana, de tecnologias digitais, de deslocamentos de populações, entre muitas outras.

O G20 teve papel relevante na resposta à crise de 2008, coordenando a estabilização do sistema financeiro global; desde então, os acordos desse grupo não têm sido tão dramáticos ou abrangentes (Atkinson, 2020). Contudo, a atuação do G20 tem sido importante para resolver diferenças em múltiplas questões globais e, diante de uma crise global como da Covid-19, a rede G20 foi logo chamada a se manifestar e participar em diversas iniciativas e instâncias multilaterais.

No mesmo dia em que a OMS declarou estado de pandemia para a Covid-19, a Global Solution Summit fez um pronunciamento exortando o G20 a assumir um papel relevante na estabilização da economia mundial e na ajuda aos países em desenvolvimento na gestão e na orientação da crise ([Global Solutions, 2020](#)). No dia seguinte, em 12 de março de 2020, a Câmara de Comércio Internacional, preocupada com as restrições

de viagem e comércio, se posicionou em favor de uma tomada de decisão do G20 para garantir o acesso a suprimentos médicos essenciais e o financiamento necessário no combate à Covid-19 (ICC, 2020). No dia seguinte, a OMS lançou o Fundo Solidário de Resposta à Covid-19 para receber doações privadas de indivíduos, corporações e instituições para o enfrentamento global da pandemia (WHO, 2020a).

Ainda em março, o Grupo dos Sete (G7) conclamou o G20 para uma resposta relacionada à saúde pública, aos empregos e ao crescimento econômico e, em seguida, a OMS lançou o programa Solidarity Trial, para ampliar as pesquisas clínicas e biológicas para novos tratamentos e vacinas para a Covid-19 (WHO, 2020b). Na mesma semana, o Conselho da OCDE se reuniu e fez um apelo ao G20 para apoiar um novo Plano Marshall.

A Cúpula Virtual do G20 ocorreu no dia 26 de março de 2020. Numa declaração conjunta os membros se comprometeram com o reforço do multilateralismo, junto à OMS, ONU, FMI e Banco Mundial, para sanar futuros danos na economia global, em especial nos países de baixa e média rendas, com foco na capacitação e ajuda ao continente africano na consolidação de sua defesa sanitária (G20, 2020a). O G20 prometeu injetar 5 trilhões de dólares na economia global por meio de um Plano de Ação elaborado por seus bancos centrais e ministérios da Economia.

Durante a reunião do G20, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, lembrou que a humanidade somos todos, compartilhamos o mesmo planeta, as mesmas esperanças, os mesmos sonhos e o mesmo destino, e fez três pedidos ao grupo: 1) combater a pandemia com determinação, com a ciência e suas evidências; 2) dar resposta global à Covid-19, apoiando o Plano Estratégico de Preparação e Resposta e os países africanos com pacotes de estímulo e alívio da dívida; 3) trabalhar em conjunto na produção e distribuição equitativa dos insumos essenciais e eliminar barreiras comerciais que colocam os trabalhadores da saúde e seus pacientes em risco (WHO, 2020c).

O pronunciamento de diferentes agências pedindo que o G20 se posicionasse demonstra a importância do grupo como novo ator no arranjo global da questão multilateral.

A relação das Nações Unidas, do G7 e da União Europeia (UE) com o G20 se faz através de uma rede informal de formuladores de políticas, tais como a OCDE, o Global Solutions Summit, além dos diferentes grupos de trabalho no âmbito do próprio G20 (T20, C20, W20, entre outros) que **aconselham e preparam propostas para cúpulas de alto nível, proclamando reconhecimento da liderança da ONU em suas diversas instâncias técnicas setoriais**. A ligação direta entre esses conselheiros e os líderes do G20 funciona como impulsionador da cooperação e da garantia de pré-acordos rápidos quando uma reunião se aproxima.

Manifestando a necessidade de reforçar o multilateralismo, a Assembleia Geral virtual da ONU, de 2 de abril, aprovou na sua resolução 74/270 o Global Solidarity to Fight the Coronavirus Disease 2019, apoiado enfaticamente pela mobilização de fundos coordenada pela OCDE, com apoio de diversos grupos corporativos e grupos regionais multilaterais (Unga, 2020). Dias depois, ministros das Finanças e governadores dos bancos centrais do G20, reunidos virtualmente, discutiram ações para atacar a pandemia e lançaram um Plano de Apoio à Economia Global na Covid-19, cujos principais objetivos eram proteger vidas, salvaguardar os empregos e rendas das pessoas, restaurar a confiança, preservar a estabilidade financeira, reavivar e recuperar mais fortemente o crescimento, minimizar interrupções nas cadeias globais de suprimentos e fornecer ajuda a todos os países que precisam de assistência, alocando mais de US\$ 200 bilhões para o financiamento de países emergentes e de baixa renda (Japan, 2020).

REUNIÃO DE MINISTROS DA SAÚDE DO G20 DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E A CRISE DO MULTILATERALISMO

Em plena pandemia, a saúde tem sido usada como palco para os antagonismos no cenário político global e questionamentos nas bases do multilateralismo.

No dia 14 de abril de 2020, os EUA suspenderam o pagamento de sua contribuição à OMS até que se apurassem os “erros” da organização na condução da resposta à pandemia da Covid-19, principalmente em relação à China. A saída dos EUA da OMS foi oficializada em 4 de julho. Essa postura norte-americana, apoiada por alguns países, exprimindo interesses nacionais e questionando o atual modelo gerencial e de atuação das instâncias multilaterais, acabou se expressando também na reunião de ministros da Saúde do G20.

Um dia antes da reunião dos ministros da Saúde do G20, em 18 de abril de 2020, o Grupo de Trabalho da Saúde (grupo técnico de assessoramento dos ministros) redigiu e aprovou uma proposta de texto de 11 páginas a ser submetida aos ministros participantes como base da declaração oficial. Esse rascunho, com 52 parágrafos, reconhecia os sistemas de saúde resilientes, fortes, responsivos, inclusivos e sustentáveis como fundamentais, assim como o mandato da OMS na coordenação da luta internacional contra a pandemia. O Grupo de Trabalho em Saúde do G20 também preparou um documento chamado “G20: ações urgentes de combate ao Covid-19”, com três partes: 1) Princípios (colaboração internacional, cooperação e resposta multissetorial e os mais vulneráveis em primeiro lugar); 2) Respostas imediatas (a. financiamento, b. diagnósticos, terapêuticos e vacinas, c. estratégias de apoio e d. comunicar-se de

forma transparente); 3) Resposta a longo prazo (preparação e resposta do sistema de saúde, incluindo sua resiliência e capacidade) (Wintour, Harvey & Beaumont, 2020).

Contudo, no dia seguinte, durante a reunião virtual, a equipe dos EUA, numa atitude hostil, questionou a atuação da OMS diante da conduta da China no manejo da epidemia. Em vez de uma declaração detalhada, os ministros da Saúde do G20 emitiram uma breve declaração dizendo que havia lacunas na maneira como o mundo lidava com pandemias. Essa breve declaração de uma página, chamada “Os ministros da Saúde do G20 coordenam os esforços para combater a Covid-19” (Wintour, Harvey & Beaumont, 2020), simplesmente enfatizou que “a saúde e o bem-estar das pessoas estão no centro de todas as decisões tomadas para proteger vidas, combater doenças, fortalecer a segurança global em saúde e aliviar os impactos socioeconômicos resultantes da Covid-19” e reconheceu que a pandemia tem mostrado fraquezas sistêmicas nos sistemas de saúde. O documento também reconheceu: 1) vulnerabilidades na capacidade de prevenir e responder à pandemia e à segurança global; 2) necessidade de ações para melhorar a preparação para o enfrentamento de pandemias; 3) a importância da utilização de soluções digitais; 4) a ênfase na segurança do paciente; e 5) a importância da melhoria dos sistemas de saúde com base em valor de resultados e combate à resistência antimicrobiana.

O clima da reunião ficou abalado pela atitude inesperada dos EUA, que repercutiu na mídia mundial. O jornal *The Guardian*, por exemplo, afirmou que os EUA armaram uma arapuca para a declaração do G20 que fortalecia a OMS:

A hostilidade dos EUA em relação à OMS anulou a publicação de um comunicado dos ministros da Saúde do G20 que se comprometia a fortalecer o mandato da OMS na coordenação de uma resposta à pandemia global de coronavírus. Em vez de uma longa declaração com parágrafos detalhados, os líderes emitiram uma breve declaração dizendo que havia lacunas na maneira como o mundo lidava com as pandemias. O fracasso em concordar com uma declaração sublinha até que ponto a pandemia se tornou um palco que reproduz um desacordo global mais amplo entre os EUA e a China, no qual outros países se veem cada vez mais forçados a tomar partido.

A declaração final, sem fazer nenhuma menção de reconhecimento à coordenação multilateral da OMS, exortou os ministros da Saúde do G20 a trocar experiências nacionais e adotar medidas preventivas para conter a pandemia, compartilhando conhecimento e fechando lacunas em suas capacidades de resposta e prontidão. Ou seja, um claro retrocesso na abordagem multilateral e, ao contrário, o fortalecimento de uma postura voltada para trocas bilaterais calcadas em “experiências nacionais”. Por fim, a declaração se exime de qualquer monitoramento de suas próprias decisões ao acordar que “os

ministros tomarão quaisquer outras medidas que possam ser necessárias para conter a pandemia e se reunirão novamente quando necessário”.

Nesse sentido, criou-se um paradoxo dentro do próprio G20. Ao passo que a reunião de cúpula do grupo se comprometeu junto à OMS, ONU, FMI e Banco Mundial com o reforço do multilateralismo, principalmente para sanar futuros danos na economia global, prometendo injetar 5 trilhões de dólares na economia global através de um Plano de Ação elaborado por seus bancos centrais e ministérios da Economia e apoiar as iniciativas carreadas pela OCDE e UE para a pesquisa de medicamentos e vacinas no combate à Covid-19, os próprios ministros da Saúde do G20 se eximiram de se manifestar em favor de medidas que afetam diretamente suas áreas de atuação.

Pela primeira vez neste século, economia e saúde dividem a atenção de todos os países do globo. O risco de uma recessão econômica, a necessidade de novos comportamentos individuais e coletivos e o apelo à solidariedade global clamam por um futuro em que os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) deverão ser levados mais a sério. A economia deverá se repensar e, portanto, nos últimos anos o tema do financiamento do desenvolvimento e da cooperação entre os povos vem tomando espaço nas agendas tanto da OCDE quanto do G20.

O G20, A OCDE E A AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial, é uma organização econômica intergovernamental que conta com 38 países-membros. Alberga mais de trezentos comitês e grupos de trabalho que abrangem quase todas as áreas de formulação de políticas. Esses comitês propõem soluções, avaliam dados e políticas e revisam as ações políticas entre os países-membros (OCDE, 2020c).

A OCDE tem sido uma das principais instituições econômicas do mundo desde a sua criação, contudo, na entrada do século XXI, outras organizações internacionais surgiram para ampliar a arquitetura econômica global, principalmente o G20. No entanto, a OCDE converteu o que poderia ser uma concorrência em parceria e oportunidade. Criou um fórum e um centro de conhecimento exclusivo para dados e análises, troca de experiências, compartilhamento de práticas e conselhos sobre políticas públicas que tem realizado cada vez mais tarefas operacionais, de implementação e de monitoramento para o G20, que por si tem suas capacidades limitadas a grupos de trabalho.

As duas entidades cooperam cada vez mais para resolver suas respectivas deficiências. O aumento da cooperação permitiu que a OCDE recuperasse sua relevância

dentro da arquitetura de governança econômica global, ao mesmo tempo que o funcionamento do G20 é reforçado graças às contribuições da OCDE sobre um número crescente de questões.

A crescente sinergia entre ambas as organizações, que congregam praticamente os mesmos membros, levanta algumas preocupações sobre o papel e o funcionamento dessas entidades na arquitetura da ajuda e assistência ao desenvolvimento. Ambas atuam junto a governos, formuladores de políticas e cidadãos, trabalhando no estabelecimento de padrões internacionais baseados em evidências e na busca de soluções para uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais.

Contudo, desde 1969 o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (CAD) define e promove o que é conhecido como Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), que visa especificamente ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar dos países em desenvolvimento. A AOD continua a ser a principal fonte de financiamento para a ajuda ao desenvolvimento, que tem um componente de doação de pelo menos 25% (OECD, 2020a). Os membros do CAD/OCDE justificam anualmente as solicitações de assistência oficial ao desenvolvimento a seus respectivos parlamentos.

Foi por intermédio do CAD que a OCDE promoveu os fóruns de Alto Nível sobre a Eficácia da AOD que produziram as famosas declarações de Roma (2003), Paris (2005), Accra (2008) e Busan (2011), nas quais se discutiu e se preconizou a formulação de princípios para uma ajuda internacional efetiva aos países em desenvolvimento. Segundo a OCDE, a formulação desses princípios surgiu da necessidade de entender por que a AOD não estava “produzindo” resultados palpáveis de desenvolvimento, e se deveria também intensificar os esforços para o cumprimento das metas ambiciosas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (OECD, 2020b). Esses eventos de alto nível acabaram endossados por diversas organizações e entidades internacionais, entre as quais o G20 e mais de cem países, como o modelo para maximizar o impacto da ajuda.

Acontece que “produtos eficazes” de desenvolvimento são, como dito acima, baseados em evidências e na busca de soluções, muitos deles preconizados em *policy briefs* da própria OCDE e do G20, geralmente fundamentados em valores básicos das sociedades e na visão de mundo dos países doadores. Seriam uma versão *light* do que antes foi muito criticado como “condicionalidades” da ajuda e do financiamento internacional?

Como procedimentos “baseados em evidências” são expandidos na estrutura da “ajuda” aos países? Um pequeno exemplo foi a adoção da chamada Avaliação de Impacto Regulatório (AIR), geralmente considerada como “avaliação de impacto

da inflação”. Primeiramente, em 1978, essa avaliação passou a ser exigida pela administração Carter nos EUA e foi ampliada durante o governo Reagan, com a análise de custo-benefício tornando-se uma abordagem metodológica necessária. A AIR foi logo adotada pela Austrália (1985). Em meados dos anos 1990, aproximadamente 12 países da OCDE já haviam implementado requisitos de AIR de alguma forma. Até 2000, vinte dos 28 países da OCDE tinham implementado os requisitos da AIR e, atualmente, praticamente todos os países da OCDE usam AIR, cuja exigência também começou a ser fortemente promovida pelo Banco Mundial aos seus países clientes. Como resultado, um número crescente de países em desenvolvimento adota agora os requisitos da AIR (Jakupec & Kelly, 2016).

Desde 2019, a OCDE vem reportando e medindo os empréstimos da AOD com mais precisão e credibilidade, garantindo a comparabilidade de dados entre os provedores, incentivando cada vez mais a alocação de recursos concessionários para a implementação dos ODS e promovendo maior transparência e maior responsabilização, de forma a garantir que a AOD vá aonde é mais necessário e tenha o maior impacto no desenvolvimento. Não se nega a importância dessas medidas, mas a questão é a quem elas beneficiam mais, aos países doadores ou aos países beneficiários, aos quais cabe o aperfeiçoamento de seus quadros técnicos para robustecer o diálogo e poder de argumentação entre os parceiros.

Esse será um ponto crucial nas negociações e aplicações dos empréstimos e doações das organizações financeiras, como o Banco Mundial e o FMI, assim como das instâncias multilaterais como a OCDE, a UE e o G20 no enfrentamento da pandemia da Covid-19. Como tal, deverá ser tratado com base nos padrões de equidade e solidariedade que vêm pautando os discursos dessas agências no durante e com projeções para um futuro pós-pandemia.

* * *

A Covid-19 põe em jogo o papel do G20 no multilateralismo tanto do ponto de vista epidemiológico (EUA, Brasil, África do Sul e Índia, membros do grupo, estão entre os países com maior índice de contaminação) quanto do ponto de vista político e empresarial, uma vez que a pandemia exige coordenação e priorização de políticas e de investimentos. Por um lado, o G20 incorpora as mesmas tensões que persistem nas organizações multilaterais do sistema ONU; por outro, experimenta inovação por não ter uma sede e estrutura administrativa fixa, o que diminui custos, e por incorporar novos atores e grupos de trabalho nas suas discussões e na construção de suas recomendações.

Nestes cinco meses de enfrentamento da pandemia, o G20 já realizou e emitiu declarações em diferentes frentes como educação, agricultura e gênero, entre outras. Contudo, sua postura mais contundente ainda é no campo da economia, cuja vertente mais comprometida se faz passar pelo que chama de “investimento em infraestrutura”, que resvala no acesso a eletricidade, água limpa, serviços de saúde, educação, saneamento e transporte público para melhorar a vida das pessoas. Assim, na análise de diversos documentos percebe-se que a questão da saúde, com foco na Covid-19, preenche os primeiros parágrafos de todas as declarações de grandes atores globais (ONU, OIT, OMC, G7, G20, OCDE, EU, entre outros), com subsequente agregação de suas necessidades específicas, mas com prioridade para planos de ajuste econômico.

O recente Encontro Virtual de Dirigentes de Ministérios das Finanças e Bancos Centrais do G20, realizado em julho de 2020, previu forte contração da economia global e pediu que sejam tomadas medidas imediatas e excepcionais para enfrentar a pandemia e seus “impactos entrelaçados na saúde e nas áreas sociais e econômicas”. Para isso, preconiza a implementação de ações de estabilidade fiscal, monetária e financeira sem precedentes, para que as instituições financeiras internacionais e organizações internacionais relevantes possam fornecer apoio crítico aos países emergentes, em desenvolvimento e de baixa renda, reiterando o compromisso de garantir uma rede de segurança financeira global, com um FMI mais forte (G20, 2020b).

Paralelamente, durante a pandemia, o Banco Mundial anunciou até US\$ 12 bilhões de apoio imediato às respostas dos países à pandemia e o FMI declarou, tardiamente, que poderia relaxar as medidas de ajuste estrutural para permitir que os países invistam na prevenção e tratamento do coronavírus. Com apoio da OCDE e da UE, espera-se uma iniciativa mais urgente e decisiva do Banco Mundial e do FMI, como a amortização da dívida, seguindo a declaração do G20, que exige um plano de ação para salvaguardar a economia global em resposta à Covid-19.

Ao examinar o caminho tomado pelos comunicados tanto das suas cúpulas de líderes quanto de suas reuniões setoriais, percebe-se que a agenda política e econômica preconizada pelo G20 não vai muito além das iniciativas multilaterais preexistentes, desenvolvidas por organismos internacionais mais tecnocráticos. Isso destaca a força e influência duradoura desses organismos na política da regulação financeira internacional, mesmo diante de uma crise importante que politizou a política financeira em um grau incomum.

Paradoxalmente, assombrando a bandeira do “novo normal” e lembrando que a coisa mais velha no mundo é o novo, a UE está lutando por um instrumento comum de enfrentamento da dívida na Zona do Euro chamado “laços corona” para reforçar suas próprias economias.

Na verdade, o Norte Global já mobilizou centenas de bilhões de dólares, que estão disponíveis para financiar medidas de resgate, como cortes de impostos, benefícios de desemprego prolongados, feriados hipotecários e liquidez para pequenas e médias empresas (Kickbusch *et al.*, 2020). A utilização desses recursos e suas condicionalidades será um grande teste para o que vem sendo chamado de “novo normal”. Resta ainda saber como serão utilizados todos esses dólares, como sairá o campo da saúde depois deste furacão: fortalecido ou enfraquecido?

Para os cidadãos comuns é bastante desconcertante vivenciar experiências de confinamento e austeridade e ver enormes somas de dinheiro serem subitamente disponibilizadas para fortalecer a economia e a infraestrutura nacional e os serviços públicos famintos de investimentos. Políticos que chegaram ao poder com planos para enfraquecer o governo, dismantelar o Estado e privatizar funções governamentais estão agora discutindo como fortalecer grandes setores estratégicos. Talvez devamos apostar no multilateralismo apoiado na volta do Estado forte pós-pandemia; contudo, não há como prever futuras agendas políticas ou lideranças ao final desta travessia.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, C. G20 leaders must answer to Covid-19. *Science*, 368(6.487): 111, 2020.
- GLOBAL SOLUTIONS. *Site*. Disponível em: <<https://www.global-solutions-initiative.org/>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE (ICC). *Site*. Disponível em: <<https://iccwbo.org/>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- JAKUPEC, V. & KELLY, M. Development aid: regulatory impact assessment and conditionality. *Journal Impact Assessment and Project Appraisal*, 34(4): 319-329, 2016.
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs of Japan. G20 Leaders' Communiqué. In: BRISBANE SUMMIT: G20 LEADERS COMMUNIQUÉ, 15-16 Nov. 2014, Brisbane. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000059841.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- JAPAN. Ministry of Finances. G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting, Communiqué, 15 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.mof.go.jp/english/international_policy/convention/g20/g20_20200415_01.htm>. Acesso em: 18 set. 2020.
- KICKBUSCH, I. *et al.* Covid-19: how a virus is turning the world upside down. *BMJ*, 369: m1336, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bmj.m1336>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- KIRTON, J.; KULIK, J. & BRACHT, C. Slowly succeeding: G20 social policy governance. In: KAASCH, A. & MARTENS, K. *Actors and Agency in Global Social Governance*. Oxford Scholarship Online, Nov. 2015.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Official Development Assistance (ODA). Disponível em: <<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>>. Acesso em: 18 set. 2020a.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). The High Level Fora on Aid Effectiveness: a history. Disponível em: <<https://www.oecd.org/dac/effectiveness/thehighlevelforaonaideffectivenessahistory.htm>>. Acesso em: 18 set. 2020b.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Organisational structure. Disponível em: <<https://www.oecd.org/about/structure/>>. Acesso em: 18 set. 2020c.

RODRIK, D. Put globalization to work for democracies. *The New York Times*, New York, 17 Sept. 2016.

THE GROUP OF TWENTY (G20). Declaration Summit on Financial Markets and the World Economy, 15 Nov. 2008. Disponível em: <<https://g20.org/en/g20/Documents/2008-Washington-Declaration%20of%20the%20Summit%20on%20Financial%20Markets%20and%20the%20World%20Economy.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.

THE GROUP OF TWENTY (G20). Extraordinary G20 Leaders' Summit Statement on Covid-19. Disponível em: <[https://g20.org/en/media/Documents/G20_Extraordinary%20G20%20Leaders%E2%80%99%20Summit_Statement_EN%20\(3\).pdf](https://g20.org/en/media/Documents/G20_Extraordinary%20G20%20Leaders%E2%80%99%20Summit_Statement_EN%20(3).pdf)>. Acesso em: 18 set. 2020a.

THE GROUP OF TWENTY (G20). Communiqué. G20 Finance Ministers & Central Bank Governors, Meeting 18 July 2020. Disponível em: <https://www.mof.go.jp/english/international_policy/convention/g20/g20_200718.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020b.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). Resolution A/RES/74/270. Global solidarity to fight the coronavirus disease 2019 (Covid-19), 3 Apr. 2020. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/74/270>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WALLERSTEIN, I. Societal development, or development of the World- System? In: WALLERSTEIN, I. The Essential Wallerstein. *International Sociology*, 1(1): 1-17, 1986.

WINTOUR, P.; HARVEY, F. & BEAUMONT, P. US scuppers G20 coronavirus statement on strengthening WHO. *The Guardian*, London, 20 Apr. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2020/apr/20/us-scuppers-g20-coronavirus-statement-on-strengthening-who>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO, UN Foundation and partners launch first-of-its-kind Covid-19 Solidarity Response Fund, 13 Mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/detail/13-03-2020-who-un-foundation-and-partners-launch-first-of-its-kind-covid-19-solidarity-response-fund>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). "Solidarity" clinical trial for Covid-19 treatments, 2020b. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/global-research-on-novel-coronavirus-2019-ncov/solidarity-clinical-trial-for-Covid-19-treatments>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). G20 Health Ministers virtual Meeting Saudi Arabia, 19 Apr. 2020c. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/g20-health-ministers-virtual-meeting-saudi-arabia>>. Acesso em: 18 set. 2020.